

PROJETO DE LEI Nº ____ / 2025

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ESCUTA PROTEGIDA E ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou, e sanciona o seguinte:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Boa Vista, a Política Municipal de Escuta Protegida e Atendimento Integrado, com o objetivo de assegurar atendimento especializado, humanizado e articulado a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, evitando sua revitimização e garantindo a efetiva proteção de seus direitos.

Art. 2º Para os fins desta Lei, entende-se por:

- I Escuta Especializada: o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente, conduzido por profissional capacitado, no âmbito da rede de proteção, de forma a preservar sua integridade física, psicológica e emocional;
- II Depoimento Especial: o procedimento de oitiva judicial, realizado perante autoridade competente, em ambiente adequado e acolhedor, com registro audiovisual, nos termos da Lei Federal nº 13.431/2017.

Art. 3º A Política Municipal de Escuta Protegida compreenderá:

- I Implantação de Salas de Escuta Especializada nas Unidades Básicas de Saúde,
 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e demais equipamentos da rede de proteção municipal;
- II Capacitação continuada de profissionais das áreas de saúde, assistência social,
 educação e segurança pública para atendimento e encaminhamento adequado dos casos;
- III Articulação com órgãos do sistema de justiça, visando à adoção de protocolos integrados de atendimento;
- IV Garantia de sigilo e proteção de dados pessoais, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018);
 - V Fluxo padronizado para encaminhamento imediato aos órgãos competentes.
- Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.





"BRASIL - DO CABURAÍ AO CHUÍ" CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA GABINETE VEREADOR DEYVID CARNEIRO

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Boa Vista/RR, 12 de Agosto de 2025.

DEYVID CARNEIRO

Vereador do Município de Boa Vista



"BRASIL - DO CABURAÍ AO CHUÍ" CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA GABINETE VEREADOR DEYVID CARNEIRO

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por finalidade instituir, no Município de Boa Vista, a Política Municipal de Escuta Protegida e Atendimento Integrado, assegurando que crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sejam atendidos com dignidade, segurança e respeito aos seus direitos.

A proposta encontra respaldo na Constituição Federal, especialmente no artigo 227, que estabelece como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à dignidade, à segurança e à proteção contra qualquer forma de violência. Além disso, cumpre as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990), da Lei Federal nº 13.431/2017, que dispõe sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e da Lei Orgânica do Município de Boa Vista 1992, no Art. 157 §4°.

A ausência de protocolos claros e de ambientes adequados para a escuta de vítimas tem como consequência a chamada "revitimização", que ocorre quando a criança ou adolescente é submetido a múltiplos relatos sobre a violência sofrida, muitas vezes em locais e condições inadequadas, causando traumas adicionais e prejudicando a coleta de informações precisas.

Com a implantação de Salas de Escuta Especializada em unidades estratégicas do município, aliada à capacitação permanente dos profissionais, Boa Vista avançará significativamente na construção de uma rede de proteção sólida, integrada e eficaz. Essa iniciativa permitirá respostas mais rápidas e qualificadas aos casos, preservando a integridade física e psicológica da vítima e contribuindo para a responsabilização dos agressores.

Por fim, trata-se de um investimento com alto retorno social, pois fortalece a confiança da população na rede de proteção, reduz o risco de reincidência da violência e reafirma o compromisso do Município com a defesa intransigente dos direitos de crianças e adolescentes, em consonância com o marco legal nacional e internacional de proteção à infância.

Boa Vista/RR, 12 de Agosto de 2025.



"BRASIL - DO CABURAÍ AO CHUÍ" CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA GABINETE VEREADOR DEYVID CARNEIRO

DEYVID CARNEIRO

Vereador do Município de Boa Vista